

Fortis Lease Portugal

Relatório de Gestão

Balanço e Demonstração de Resultados

Notas às demonstrações financeiras

Anexo ao Relatório

Certificação Legal de Contas



BNP PARIBAS
LEASE GROUP



Relatório e Contas

Período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009

Conteúdo

- Relatório de Gestão
- Participação dos órgãos sociais no Capital da sociedade
- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Notas às Demonstrações Financeiras
- Anexo ao Relatório de Gestão
- Certificação Legal das Contas
- Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relatório de Gestão 2009

Breve introdução à situação financeira em Portugal

A crise nos mercados financeiros internacionais, iniciada no Verão de 2007 e que se exacerbou em Setembro de 2008, bem como a sua crescente interacção com a desaceleração da actividade económica global, têm condicionado de forma marcante o enquadramento em que o sistema bancário português desenvolve a sua actividade. Sendo a economia portuguesa uma pequena economia integrada económica e financeiramente, os bancos em Portugal foram afectados por estas perturbações de carácter global. A actual crise, que constitui um dos episódios mais severos das últimas décadas, traduziu-se numa fase inicial em fortes dificuldades no funcionamento da generalidade dos mercados e, mais recentemente, com a progressiva transmissão dos seus efeitos à actividade económica, numa crescente materialização do risco de crédito.

1. Desempenho e posicionamento da Empresa

O ano de 2009 foi o quarto exercício completo da Fortis Lease Portugal, Instituição Financeira de Crédito.

As contas agora apresentadas reflectem uma situação de abrandamento da actividade provocada pela situação de aquisição da mesma pelo Grupo BNP Paribas.

A sociedade desenvolveu durante o ano 2009 operações de leasing, com uma maior concentração no primeiro semestre do ano. A produção de leasing é essencialmente mobiliária, ascendendo a 27 M€.

De assinalar, contudo que apesar da situação particular vivido pela Fortis Lease durante o ano 2009, o próprio mercado de Leasing apresentou uma forte quebra, menos 35% de valor financiado que o ano anterior.

Evolução de Produção de Leasing em Portugal

(Unit: 10 3 €)

	MOBILIARIO			IMOBILIARIO			TOTAL			Pesa dos Sectores			
	Nº Contratos	Valor	Valor médio por contrato	Nº Contratos	Valor	Valor médio por contrato	Nº Contratos	Valor	Valor médio por contrato	Mobiliario		Imobiliario	
										Nº Cont.	Valor	Nº Cont.	Valor
Sector 2008	83.322	4.048.985	49	4.780	2.444.726	511	88.102	6.493.711	74	95%	62%	5%	38%
Sector 2009	60.029	2.708.878	45	3.640	1.538.802	423	63.669	4.247.680	67	94%	64%	6%	36%
Fortis 2008	507	67.714	134	5	36.300	7.260	512	104.014	203	99%	65%	1%	35%
Fortis 2009	215	26.432	123	1	197	197	216	26.629	123	100%	99%	0%	1%
Q-M (2009)	0,36%	0,98%		0,03%	0,01%		0,34%	0,63%					

(Base de informação: Associação Portuguesa de Leasing e Factoring ("ALF"))

De notar uma deterioração acentuada das condições de mercado durante o ano de 2009. O aumento do risco iniciado em 2008 condicionou fortemente a actividade de leasing durante o ano de 2009.

A sociedade apresenta no ano 2009 um resultado antes de imposto negativo de 941.729 €, justificado pela constituição de cerca de 2M € de provisões associado a um cliente que demonstrou durante o ano ter dificuldade em fazer face à crise do mercado que impactou o sector da aviação.

Perspectivas futuras:

As perspectivas para a economia portuguesa, ao longo do horizonte 2009-2011, são segundo o Banco de Portugal marcadas por uma recuperação gradual e moderada da actividade à escala global, após o quadro recessivo, sem precedentes históricos, que se acentuou no final de 2008 e se viveu durante o ano 2009.

2 - Informações sobre questões ambientais

A Sociedade cumpre com todos os normativos legais, nomeadamente, com os relacionados com questões ambientais.

3 - Informações sobre trabalhadores

A empresa iniciou o exercício agora findo com um total de onze colaboradores: Director-Geral (membro do Conselho de Administração), Director de Crédito, Director Comercial, três Gestores de Conta, uma Analista de Crédito dois Gestores de Contratação e Responsável de Back-Office e um assistente comercial.

Durante 2009 o quadro de pessoal manteve-se inalterado.

A média de idades do pessoal é baixa tratando-se de uma equipa relativamente jovem, com uma média etária de 36 anos, constituída por 6 licenciados, 1 bacharel e 4 elementos com o ensino secundário completo (12º ano).

A equipa apresenta um mix equilibrado sendo constituído em 54,6% por membros do sexo masculino em 45,4% por membros do sexo feminino.

4 - Acções próprias

A Sociedade não dispõe de quaisquer acções próprias, nem efectuou qualquer transacção com as mesmas.

5 - Negócios entre a Sociedade e os seus Administradores

A Sociedade não celebrou qualquer negócio com qualquer dos seus Administradores.

6 - Sucursais da Sociedade

A Sociedade tem a sua Sede Social em Lisboa e mantém unicamente uma Delegação no Porto.

7 - Riscos financeiros

A Sociedade mantém uma política de gestão dos seus riscos financeiros que segue, na totalidade, as políticas do seu accionista para a totalidade do Grupo Fortis Lease.

Assim, em termos de risco de preço, todos os valores são fixados de acordo com o custo do funding respectivo, não sendo permitido qualquer tipo de *mismatching* entre os prazos contratados.

Os riscos de crédito são minimizados, tendo por base, concomitantemente, os critérios de gestão do Grupo Fortis para Portugal e os critérios da gestão do Grupo Fortis Lease.

A totalidade da carteira de crédito tem atribuído uma notação de *rating*, de acordo com os princípios do Grupo Fortis, tendo em vista o estabelecido por Basileia II. A este propósito, apraz-nos constatar que a Sociedade apresenta objectivamente no universo das sociedades detidas pela Fortis Lease Group, S.A., uma das melhores carteiras de crédito, em termos de perfil de risco.

A Sociedade dispõe de linhas de crédito aprovadas e ainda não contratadas dentro do Grupo Fortis que lhe permitirão desenvolver a sua actividade sem enfrentar qualquer dificuldade de liquidez.

8 - Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não existem factos relevantes a assinalar após o encerramento do exercício.

9 - Evolução previsível da sociedade e principais riscos e incertezas na prossecução da actividade

Durante o ano de 2010 a sociedade desenvolverá o processo de integração na sociedade BNP Paribas Lease Group Sucursal em Portugal, de acordo com a aquisição

feita durante o ano 2009 pelo grupo BNP Paribas das diferentes empresas contituíntes do Universo Fortis Bank.

A actividade comercial da sociedade no ano de 2010 será desenvolvida no seio da integração, respeitando a estratégia comercial do BNP Paribas Lease Group.

A gestão operacional da nova produção de contratos será feita no sistema de gestão do BNP Paribas Lease Group, para onde a Fortis Lease prevê migrar a sua carteira de contratos.

A Sociedade pretende em 2010 cumprir os planos traçados no seu Forecast, alicerçado nos clientes do Fortis Bank em Portugal, nos acordos de colaboração no âmbito do *International Vendor Services* e dos acordos com Fornecedores locais.

Não estão previstos quaisquer Investimentos por parte da Sociedade.

10 - Proposta de aplicação de resultados

Tendo em consideração que os resultados apresentados reflectem uma situação que, previsivelmente, será revertida no futuro, o Conselho de Administração propõe a transferência integral dos Resultados do Exercício para a conta de Resultados transitados.

11 - Data

Lisboa, 26 de Março de 2009

12 - Assinaturas

O Conselho de Administração



FORTIS LEASE PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.

Entidade: 307

Data: 31/Dez/09

Identificação das participações dos órgãos sociais no Capital

	Ações detidas		
	1-Jan	Movimentos	31-Dec
Conselho de Administração			
Claude Albert Marie Pierre Crespin	0	0	0
Patrick Hubert Piet Maria Vandeputte	0	0	0
Carlos Manuel da Silva Oliveira Sousa	0	0	0
Jaime Rumeu	0	0	0
Peter Albert De Neef	0	0	0
Auditor Único			
MAZARS & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	0	0	0
Representantes			
Leonel Manuel Dias Vicente	0	0	0
José Fernando Abreu Rebouta	0	0	0



BNP PARIBAS LEASE GROUP

BALANÇO

	31/12/2009			Unidade: Euro 31/12/2008
	<u>Antes Prov. Imp. Amort.</u>	<u>Prov. Imp. Amort.</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Valor Líquido</u>
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	-	6	13
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1,089,419	-	1,089,419	47,231
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-
Crédito a clientes	166,615,798	(2,282,162)	164,333,636	124,819,820
Outros activos tangíveis	363,553	(34,573)	328,980	14,881
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	41,577
Activos por impostos diferidos	844,538	-	844,538	319,184
Outros activos	10,650,065	-	10,650,065	22,172,491
Total do Activo	<u>179,563,378</u>	<u>(2,316,735)</u>	<u>177,246,643</u>	<u>147,415,197</u>
Passivo e Capital				
Passivo:				
Provisões			1,168,810	1,250,800
Recursos de outras instituições de crédito			133,912,689	102,574,599
Passivos por impostos correntes			309,593	24,754
Outros passivos subordinados			20,000,000	20,280,447
Outros Passivos			2,498,379	3,198,917
Total do Passivo			<u>157,889,470</u>	<u>127,329,517</u>
Capital:				
Capital			21,000,000	21,000,000
Reserva Legal			27,135	-
Resultados transitados			(941,455)	(1,185,666)
Resultado do exercício			(728,507)	271,346
Total do Capital			<u>19,357,173</u>	<u>20,085,680</u>
Total do Passivo e do Capital			<u>177,246,643</u>	<u>147,415,197</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Unidade: Euro	
	31/12/2009	31/12/2008
Juros e rendimentos similares	5,372,167	6,308,527
Juros e encargos similares	(2,655,826)	(4,437,424)
Margem financeira	2,716,341	1,871,103
Rendimentos de serviços e comissões	75,852	94,682
Encargos com serviços e comissões	-	-
Outros resultados de exploração	(283,836)	(35,648)
Produto bancário	2,508,357	1,930,137
Custos com pessoal	(597,052)	(528,851)
Gastos gerais administrativos	(656,961)	(556,828)
Amortizações do exercício	(25,902)	(3,189)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(2,170,171)	(460,135)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores		
Resultado antes de impostos	(941,729)	381,135
Impostos correntes	(312,131)	(37,136)
Impostos diferidos	525,354	(72,653)
Resultado após impostos	(728,507)	271,346
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-
Resultado Líquido do Exercício	(728,507)	271,346

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Unidade: Euro	
	31/12/2009	31/12/2008
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Comissões recebidas	75,852	94,682
Juros recebidos	5,406,630	6,304,576
Comissões pagas		-
Juros pagos	(2,856,548)	(3,925,602)
Pagamentos por gastos administrativos	(1,144,962)	(563,696)
Pagamentos a colaboradores	(579,788)	(516,073)
Impostos pagos	(27,292)	(21,198)
(Aumentos)/Diminuições dos activos operacionais (líquido)		-
Crédito a clientes	(41,502,482)	(43,539,514)
Outros activos	11,444,372	(16,477,874)
Activos não correntes detidos para venda	41,577	79,657
Aumentos/(Diminuições) dos passivos operacionais (líquido)		-
Recursos de outras instituições de crédito	31,987,905	57,130,786
Outros passivos	(1,777,935)	1,127,283
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	<u>1,067,331</u>	<u>(306,973)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de software	-	-
Aquisição de equipamento	-	(894)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	<u>-</u>	<u>(894)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Capital Social	-	-
Passivos subordinados	-	-
Entradas por conta de futuros aumentos de capital	-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes	<u>1,067,331</u>	<u>(307,867)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>22,088</u>	<u>329,955</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>1,089,419</u>	<u>22,088</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

1 - Não foram adquiridas ou alienadas filiais ou outras actividades empresariais.

2 - Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Numerário	6	13
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1,089,419	22,088
Equivalentes a caixa		
Caixa e seus equivalentes	<u>1,089,425</u>	<u>22,101</u>
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço	<u><u>1,089,425</u></u>	<u><u>22,101</u></u>

3 - Não se desenvolveram quaisquer actividades financeiras não monetárias.

4 - Não é aplicável a repartição do fluxo de caixa por ramos de actividade e zonas geográficas, já que não foi adoptada a mesma divisão segmentada nas demais peças das demonstrações.

5 - Não existem outras informações necessárias à compreensão da demonstração dos fluxos de caixa.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Fortis Lease Portugal, Instituição Financeira de Crédito, SA

Demonstração de alterações no Capital Próprio

	Capital Social	Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	21,000,000	-	(1,185,666)	271,346	20,085,680
Entrada em numerário	-	-	-	-	0
Transferência para resultados transitados	-	-	244,211	(244,211)	0
Dividendos	-	-	-	-	0
Transferência para reserva legal	-	27,135	-	(27,135)	0
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	0
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(728,507)	(728,507)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	21,000,000	27,135	(941,455)	(728,507)	19,357,173

	Capital Social	Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	21,000,000	-	(948,866)	(236,800)	19,814,334
Entrada em numerário	-	-	-	-	0
Transferência para resultados transitados	-	-	(236,800)	236,800	0
Dividendos	-	-	-	-	0
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	0
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	0
Resultado líquido do exercício	-	-	-	271,346	271,346
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	21,000,000	0	(1,185,666)	271,346	20,085,680

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

1. Nota Introdutória

Elementos identificativos:

Denominação	Fortis Lease Instituição Financeira de Crédito, SA
NIF	507 426 460
Sede Social	Rua Alexandre Herculano, 50 – 6º, Lisboa

A Fortis Lease Portugal – Instituição Financeira de Crédito, SA (doravante Instituição ou Sociedade) é uma Sociedade anónima autorizada pelo Banco de Portugal em 7 de Novembro de 2005 a desenvolver todas as actividades permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos.

A Instituição foi constituída por escritura pública no dia 29 de Novembro de 2005, tendo apenas iniciado a sua actividade operacional em 21 de Dezembro de 2005.

A Instituição é detida maioritariamente pela Sociedade Fortis Lease Group, SA, sociedade de direito Luxemburguês.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração nesta data e serão submetidas à Assembleia Geral a realizar em 30 de Março de 2010.

2. Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

A Instituição manteve como base de apresentação das suas demonstrações financeiras para o ano findo em 31 de Dezembro de 2009 as Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”), definidas pelo Banco de Portugal previstas no seu Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e definidas na Instrução nº 9/2005 e nº23/2004.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias definidas nos nºs 2 e 3 do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal, das quais se destaca a valorimetria e provisionamento do crédito concedido e a mensuração de activos tangíveis, relativamente aos quais se manterá o regime anterior.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras foram preparadas em euros de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis de venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não esteja disponível. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

Normas contabilísticas recentemente emitidas

Normas contabilísticas, alterações e interpretações com aplicação obrigatória em 2009 não relevantes para a Instituição:

As seguintes normas, alterações e interpretações são obrigatórias para períodos contabilísticos com início a partir de 1 de Janeiro de 2008 mas que não são relevantes para a actividade da Instituição:

- IFRIC 11, IFRS 2 – Transacções de acções próprias e do grupo;
- IFRIC 12, Acordos de concessão de serviços;
- IFRIC 13, Programas de fidelidade de Clientes;
- IFRIC 14, IAS 19 – Limites de benefícios definidos, requisitos mínimos de financiamento e sua interacção.

Normas contabilísticas, alterações e interpretações emitidas, mas sem aplicação obrigatória no exercício de 2009:

A Instituição optou por não aplicar as normas contabilísticas, alterações e interpretações recentemente emitidas, mas sem aplicação obrigatória no exercício de 2009:

- IAS 1 (Alterações) – Apresentação de demonstrações financeiras;
- IAS 1 (Revisto) – Apresentação de demonstrações financeiras;
- IAS 19 (Alterações) – Benefícios de empregados;
- IAS 23 (Alterações) – Custos de empréstimos obtidos;
- IAS 27 (Revisto) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas;
- IAS 28 (Alterações) – Investimentos em associadas;
- IAS 32 (Alterações) – Instrumentos financeiros: Apresentação;
- IAS 36 (Alterações) – Imparidade de activos;
- IAS 38 (Alterações) – Activos intangíveis;
- IAS 39 (Alterações) – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração;
- IFRS 1 (Alterações) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro;
- IFRS 2 (Alterações) – Pagamento com base em acções;
- IFRS 3 (Revisto) – Concentrações de actividades empresariais;
- IFRS 5 (Alterações) – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas;
- IFRS 8 – Segmentos operacionais.

A aplicação destas novas normas e interpretações não terão um impacto material nas demonstrações financeiras da Instituição.

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

2.2. Comparabilidade da informação

As contas são comparáveis com o ano anterior.

2.3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

2.3.1. Locação financeira

Os activos detidos pela Instituição sob locação financeira são registados no balanço como crédito a clientes pelo valor do capital subjacente aos contratos de locação financeira em dívida.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e amortização de capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.3.2. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que esta última a da data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor de transacção.

a) Crédito e outros valores a receber

Esta rubrica abrange os empréstimos concedidos pela Instituição no âmbito da sua actividade de locação financeira, cuja intenção não é da venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é disponibilizado ao cliente.

O crédito a clientes e outros valores a receber apenas são desreconhecidos do balanço quando expirem os direitos contratuais da Instituição à sua recuperação ou se transfiram todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

Posteriormente, são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

A Instituição constitui as seguintes provisões para riscos de crédito, em conformidade com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal:

- Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens de provisão do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

Esta provisão é apresentada no activo como dedução à rubrica de crédito a clientes.

- Provisão para crédito de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. São considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- ✓ As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - Estarem em incumprimento há mais de:
 - Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.
 - Os créditos nestas condições são considerados vendidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.
- ✓ Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

Esta provisão é apresentada no activo como dedução à rubrica de crédito a clientes.

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

- Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica Provisões e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido não vencido.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido:

- ✓ 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- ✓ 1,5% no caso de se tratar de crédito ao consumo; e,
- ✓ 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

2.3.3. Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades com compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

2.3.4. Activos tangíveis

De acordo com o aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, os activos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, excepto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respectivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos incorridos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Instituição. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização anual que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
• Mobiliário e Material	5-8
• Equipamento informático	3

Estes activos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

2.3.5. Activos não correntes detidos para venda

A Instituição regista nesta rubrica os activos não correntes adquiridos que foram objecto de locação financeira mas cuja operação foi descontinuada em virtude de rescisão do contrato de locação financeira.

Estes activos detidos pela Instituição são registados no balanço pelo valor do capital em dívida subjacente aos contratos de locação financeira.

2.3.6. Imposto sobre lucros

A Instituição está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando as taxas de imposto legalmente em vigor, para o período a que se reporta o resultado.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros decorrente de diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, sendo calculados com base nas taxas fiscais aprovadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais dão origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável, com base no seu plano de negócio futuro, que existam lucros tributáveis no futuro suficientes para absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com valores registados directamente em capitais próprios (nomeadamente ganhos e perdas em títulos disponíveis para venda), caso em que também são registados por contrapartida de capitais próprios.

De acordo com as regras actualmente previstas no código do IRC, os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício são dedutíveis aos lucros fiscais dos seis anos seguintes. Ainda de acordo com as mesmas regras, o resultado fiscal de cada ano pode ser sujeito a correcção pela Administração Tributária Portuguesa nos quatro anos subsequentes (cinco anos para a segurança social) excepto quando se trate de prejuízos fiscais, se obtenham benefícios fiscais ou estejam em curso reclamações ou impugnações em que aqueles prazos poderão ser alargados ou mesmo suspensos.

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

2.3.7. Capital

Todos os custos directamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio quando declaradas.

2.3.8. Benefícios a colaboradores

Programa de remuneração por acções

O programa de remuneração com opções sobre acções (“stock options”) permite aos administradores da empresa adquirir acções da Fortis NV a partir de 2012. Os custos com a adesão ao programa de opções são reconhecidos na data de concessão, em custos do exercício, na Fortis Lease Portugal.

O justo valor das opções atribuídas, determinado na data de concessão (“grant date”), é reconhecido em resultados, por contrapartida de capitais próprios nas demonstrações financeiras da Fortis NV, durante o período do direito de subscrição (“vesting period”), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Caso a opção venha a ser exercida, o Grupo Fortis efectuará a aquisição das acções no mercado ou procederá à respectiva emissão, para proceder à sua atribuição aos colaboradores.

2.3.9. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros, mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras.

2.3.10. Comissões

Os rendimentos de comissões de serviços são reconhecidos em resultados do exercício à medida que os serviços são prestados, por não serem significativos.

Nos contratos de locação operacional que a Instituição mantém as rendas são registadas em custos na rubrica de Gastos Gerais Administrativos, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

O contrato de locação financeira mantido pela Instituição está registado no activo na rubrica de Outros Activos Tangíveis, de acordo com a IAS 17.

2.3.11 Contratos de locação em que a Instituição assume a posição de locatária

A Instituição apenas mantém contratos de locação operacional, cujas rendas são registadas em custos na rubrica de Gastos Gerais Administrativos, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

2.3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.4. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Instituição efectua estimativas e utiliza pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizam-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

2.4.1. Provisões para crédito concedido

A Instituição aprecia a sua carteira de crédito no sentido de identificar a eventual necessidade de provisões para crédito adicionais nos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa receptíveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

2.4.2. Provisões para outros riscos e encargos

A Instituição avalia a necessidade de constituir provisões para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da sua actividade.

2.4.3. Impostos diferidos

A Instituição reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

3. Gestão de riscos

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

A actividade presente da Instituição encontra-se sujeita a um conjunto de riscos, dos quais se destaca o risco de crédito, associado ao grau de incerteza sobre a capacidade de cumprimento, por parte dos seus clientes, das obrigações assumidas nos contratos de locação financeira, pelo que este risco é cuidadosamente gerido pela Instituição.

Neste contexto, a Instituição definiu uma política de gestão de risco de crédito rigorosa que se encontra sistematizada em manuais internos cobrindo os processos de concessão, acompanhamento e recuperação dos créditos.

3.1. Risco de crédito

A Instituição assume exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de incumprimento efectivo por parte da contraparte. Mudanças significativas na economia ou num determinado segmento em que esteja concentrado crédito concedido pela Instituição, poderão resultar em perdas distintas das provisões evidenciadas à data do balanço.

Assim sendo, a exposição ao risco de crédito é gerida pela análise regular da capacidade de reembolso dos clientes ou potenciais clientes e pela obtenção, sempre que possível, de colaterais e outras garantias.

Uma das principais preocupações da Instituição prende-se com a classificação de risco associado à concessão de crédito a um cliente. Deste modo, qualquer risco de crédito assumido pela Instituição deverá ser qualificado da forma mais objectiva possível, e esta qualificação deve ser revista periodicamente.

A análise do risco associado à operação solicitada pelo cliente deverá ser efectuada tendo em consideração os seguintes requisitos:

- i. Classificação do cliente mediante a análise do seu historial de crédito, etc.;
- ii. Análise da capacidade de reembolso do cliente;
- iii. Análise dos valores das garantias prestadas;
- iv. A natureza dos bens locados e o seu valor no mercado secundário.

A política de crédito da Instituição está subordinada a um conjunto de regras actualizadas de modo permanente no que respeita a risco, rendibilidade, informação, eficiência e efectividade, de acordo com as quais são definidas os procedimentos normais, não permitidos, exclusivos e reservados. A actividade de locação financeira é considerada pelo grupo como área exclusiva.

A política global de risco resulta da conjugação da gestão do risco da Fortis Lease Group com a própria política de gestão do crédito bancário do Fortis Bank, sendo a gestão de risco da Instituição, à semelhança do que acontece com as outras subsidiárias do grupo, supervisionadas pela política de gestão do risco do Fortis Lease Group, de acordo com os standards previstos no Manual de Risco de Crédito da Instituição.

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

As responsabilidades inerentes à gestão de risco da Instituição são assumidas por um responsável, Gestor Local de Risco ou Gestor Geral de Risco, quando, tendo em conta a dimensão da Instituição, não exista Gestor Local.

A gestão corrente, acompanhamento e decisões de crédito de locação financeira até certos limites são da competência exclusiva do Fortis Lease Group. Não obstante a atribuição de tal competência, o Fortis Bank não transfere para a Fortis Lease a totalidade das necessidades e relacionamento com os clientes que recorram a leasing, mantendo o Fortis Bank a relação comercial com alguns desses clientes.

O grupo tem uma concepção estrita da actividade nuclear de locação financeira, que não a entende como modalidade de emprestar e obter reembolso de dinheiro. A actividade nuclear de locação financeira é entendida como serviço de disponibilização de activos aos clientes, o que dá lugar, contrariamente à actividade de emprestar dinheiro, uma situação muito específica proporcionada pela propriedade dos activos, no que respeita à garantia de recuperação do crédito pela alienação dos mesmos.

O crédito concedido a clientes vence juros a taxas fixas e variáveis, indexadas à Euribor do período de tempo correspondente à periodicidade das rendas de cada contrato, sendo atualizadas de acordo com a mesma periodicidade.

A Instituição mantém, constantemente, uma monitorização dos respectivos níveis de concentração de riscos num único devedor, ou conjunto de devedores. A este nível, são cumpridos, integralmente, as disposições do Banco de Portugal referente a Grandes Riscos.

Assim, a 31 de Dezembro de 2009, a Instituição apresentava os seguintes indicadores, a este propósito:

- Fundos próprios elegíveis para efeitos de Grandes Riscos: 38 714 346 €
- Limite mínimo para classificação de exposição como Grande Risco: 3 871 434 €
- Limite máximo de exposição a uma só entidade: 9 678 587 €
- Limite máximo verificado a uma só entidade: 8 794 386 € (90,86% do máximo permitido)
- Limite máximo agregado de Grandes Riscos: 309 714 768 €
- Limite total agregado de Grandes Riscos: 56 944 224 € (18,38% do máximo permitido)

Adicionalmente, há uma preocupação de evitar, da mesma forma, concentrações excessivas num determinado sector de actividades, ou num determinado tipo de Activos. Em termos de sector, a maior concentração verifica-se no sector de Transportes e Logística, com cerca de 45% do portfolio, seguido do sector Industrial, com cerca de 20% do portfolio e de sector de Promoção Imobiliária, com cerca de 14% do portfolio. De notar, contudo, que nestas quatro classes existem, por um lado, algumas operações imobiliárias que, apesar do peso relativo que mantêm no total do portfolio, encontram-se garantidas incondicionalmente por garantias acessórias reais e, por outro lado, ao nível de equipamentos, nestes quatro sectores, encontramos os melhores índices de valorização em uso dos equipamentos locados, o que concorre para uma exposição real a estes dois

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

sectores bem menor do que as evidenciadas pelos números acima apresentados. Nenhum dos restantes sectores de actividade representa mais de 10% do portfolio de crédito concedido.

O portfolio de Activos encontra-se bastante equilibrado: cerca de 32% de imobiliário, aproximadamente 33% de material circulante, 22% de equipamento industrial, 4% de aeronaves, 7% de SI e 2% de embarcações.

3.2. Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os cash flows de um instrumento financeiro, devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

A análise e gestão do risco da taxa de juro desenvolvida pelas diversas entidades constituintes da Fortis Lease encontram-se descritas no *Master Policy Manual* da Fortis Lease Group.

O princípio genérico subjacente assenta no refinanciamento do capital em dívida dos contratos de locação financeira através do recurso a fontes de financiamento de natureza comparável e com a mesma duração. Desta forma, consegue assegurar a neutralização de um eventual *mismatching*, bem como de uma exposição das margens negociadas a possíveis variações nas taxas de juro de Mercado. Em concreto, transacções contratadas com taxa de juro fixa são refinanciadas logo que se verifique a fixação da taxa de juro junto do cliente.

O acompanhamento da posição de risco da taxa de juro, bem como o controle dos respectivos limites encontra-se assegurado, directamente, pelo Departamento de Tesouraria da Fortis Lease Group, sob a responsabilidade directa da Direcção Financeira da Fortis Lease Group.

Genericamente, a cobertura do portfolio é efectuada de uma forma global para um conjunto de locações financeiras (macro hedge), por entidade e por divisa. Em determinadas situações – para transacções muito específicas, ou para transacções efectuadas em divisas externas – a Fortis Lease contrata um financiamento específico que corresponda, exactamente, aos montantes contratados. A informação necessária para a determinação das necessidades de financiamento é extraída automaticamente a partir do Sistema de Informações da Fortis Lease e fornecida, pelo menos, duas vezes por semana. Adicionalmente, essa informação encontra-se sempre disponível para o Departamento de Tesouraria da Fortis Lease Group. O método de trabalho utilizado consiste num *matching* o mais perfeito possível entre os activos e os passivos relacionados, com o objectivo de atingir uma posição, por entidade, próxima de zero.

Para uma análise mais correcta da tabela abaixo em que, aparentemente, existem divergências em termos de *matching* há que tomar em conta que a Instituição reinvestiu a totalidade dos seus Capitais Próprios no desenvolvimento da sua actividade corrente, pelo que as diferenças entre os diferentes Activos e Passivos em cada um dos prazos seleccionados corresponde à aplicação directa de Capital como *funding* de operações de crédito.

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

O quadro seguinte resume a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

31 de Dezembro de 2009	3 meses					Sem risco de taxa de juro	Total
	Até 1 mês	1 a 3 meses	a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	6	6
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	1.089.419	1.089.419
Crédito a clientes	3	15	1.507	34.232	114.949	13.627	164.333
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	844.538	844.538
Outros activos	-	-	-	-	-	10.979.045	10.979.045
Total do Activo	3	15	1.507	34.232	114.949	12.926.635	13.077.341
Passivo e Capital							
Passivo:							
Provisões	-	-	-	-	-	1.168.810	1.168.810
Recursos de outras instituições de crédito	63.148	-	16.806	7.790	26.277	19.892	133.914
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	309.593	309.593
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	20.000.000	20.000.000
Outros Passivos	-	-	-	-	-	2.498.379	2.498.379
Total do Passivo	63.148	-	16.806	7.790	26.277	23.996.674	24.110.695
Valor líquido	(63.145)	15	(15.299)	26.442	88.672	(11.070.039)	(11.033.355)
31 de Dezembro de 2008							
Total de Activos	54.992.728	39.287.173	686.585	28.962.516	1.135.832	22.350.363	147.415.197
Total de Passivos	88.247.158	20.116.806	243.449	10.797.753	2.450.000	5.474.351	127.329.517
Valor líquido	(33.254.430)	19.170.367	443.136	18.164.763	(1.314.168)	16.876.012	20.085.680

3.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à probabilidade de ocorrerem perdas decorrentes da incapacidade da Instituição cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem e se tal é efectuado em condições razoáveis.

A análise dos activos e passivos, por grupos relevantes de maturidades baseados nos períodos remanescentes, apresenta-se conforme segue:

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2009					Indeterminado	Total
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	-	-	-	-	-	6
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.089.419	-	-	-	-	-	1.089.419
Crédito a clientes	463	1.816	5.680	50.697	105.676	-	164.333
Activos por impostos diferidos	-	-	-	844.538	-	-	844.538
Outros activos	-	-	-	-	-	10.979.045	10.979.045
Total do Activo	1.089.888	1.816	5.680	895.235	105.676	10.979.045	13.077.341
Passivo e Capital							
Passivo:							
Provisões	-	-	-	-	-	1.168.810	1.168.810
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	309.593	309.593
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	20.000.000	20.000.000
Outros Passivos	-	-	-	-	-	2.498.379	2.498.379
Total do Passivo	-	-	-	-	-	23.976.781	23.976.781
Valor líquido	1.089.888	1.816	5.680	895.235	105.676	(12.997.737)	(10.899.441)
31 de Dezembro de 2008							
Total de Activos	54.992.728	39.287.173	686.585	28.962.516	1.135.832	22.350.363	147.415.197
Total de Passivos	88.247.158	20.116.806	243.449	10.797.753	2.450.000	5.474.351	127.329.517

Para uma análise mais correcta da tabela acima em que, aparentemente, existe um gap de liquidez há que ter em conta que Recursos de outras instituições de crédito são operações contratadas no âmbito de uma linha de crédito global junto BGL, S.A. (Ex-Fortis Bank Luxemburgo). Esta linha global, renovada mensalmente, tem maturidade residual até um ano. É política do Grupo Fortis Bank organizar centralmente, na Bélgica ou no Luxemburgo, o funding para as actividades de crédito das suas afiliadas. No caso concreto, a Instituição tem o seu funding assegurado através de um acordo estabelecido entre a sua casa-mãe, Fortis Lease Group e a respectiva casa-mãe, BGL.

4. Justo valor dos activos e passivos financeiros

Os valores contabilísticos dos activos financeiros correspondem ao respectivo justo valor:

	31-12-2009	31-12-2008
Activo		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.089.419	47.231
Crédito a clientes	164.333.636	124.819.820

As 'Disponibilidades em outras instituições de crédito' são constituídas por depósitos à ordem, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado.

O 'Crédito a clientes' é constituído por contratos celebrados e é remunerado, maioritariamente, a taxas variáveis, indexadas à Euribor do prazo correspondente ao período de juros de cada contrato, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico. Todas as alterações verificadas no valor das rendas por efeito de

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

alteração nos indexantes das taxas de juro utilizadas não afectam os capitais em dívida, afectando unicamente o montante de juros a liquidar.

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Passivo:		
Recursos de outras instituições de crédito	133.912.689	102.574.599
Outros passivos subordinados	20.000.000	20.280.447

Tanto os 'Recursos de outras instituições de crédito' como os 'Outros passivos subordinados' são constituídos por contratos celebrados, respectivamente, com o BGL e com a Fortis Lease Group e são remunerados, maioritariamente, a taxas variáveis, indexadas à Euribor do prazo correspondente ao período de juros de cada financiamento, pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico. Todas as alterações verificadas no valor desses passivos por efeito de alteração dos indexantes das taxas de juro utilizadas não afectam os capitais em dívida, afectando unicamente o montante de juros a liquidar.

5. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Caixa	6	13

6. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Quanto à sua natureza, as Disponibilidades em outras Instituições de Crédito analisam-se como segue:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país	278	22.075
Juros de disponibilidades sobre instituições de crédito	15.645	25.157

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

7. Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte apresentação:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Crédito não titulado		
Crédito Interno		
Crédito tomados - Factoring - Sem recurso	13.330.954	1.265.394
Crédito Hipotecário		11.999.879
Operações locação financeira mobiliária	119.405.203	77.172.486
Operações locação financeira imobiliária	33.521.266	34.522.069
Juros a diferir		(311.876)
Juros a receber	48.482	96.862
	<u>166.305.904</u>	<u>124.744.814</u>
Crédito e Juros Vencidos	309.894	105.007
Valor bruto do crédito a clientes	<u>166.615.798</u>	<u>124.849.821</u>
Provisões para imparidade	(2.282.162)	(30.000)
Valor líquido do crédito a clientes	<u>164.333.636</u>	<u>124.819.821</u>

Os valores apresentados constituem a exposição máxima ao risco de crédito, dado não serem consideradas quaisquer garantias detidas ou outras melhorias da qualidade de crédito.

De referir que cerca de 76% da carteira de crédito concedido a 31 de Dezembro de 2009 está classificado, de acordo com a respectiva notação de rating interna, como *investment grade*. O modelo de rating utilizado pela Instituição é comum a todo o Grupo Fortis e o valor de WAPD (Probabilidade de Incumprimento Média, ponderada pelos Activos) é do mais baixo de todas as entidades integrantes da Fortis Lease Group: 2,03%.

Os prazos residuais médios ponderados relativos a crédito a clientes eram, para cada tipo de contratos, os seguintes:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Locação financeira mobiliária	50 meses	49 meses
Locação financeira imobiliária	204 meses	254 meses
Compra de créditos	48 meses	36 meses
Crédito hipotecário	77 meses	142 meses

Uma vez que a Instituição mantém a propriedade jurídica sobre os bens locados, apenas se limita a obter, quando a natureza dos bens o justifique, avales pessoais, ou cartas-conforto das casas-mãe dos seus clientes e garantias de recompras por parte de fornecedores.

A Instituição, celebrou até a data um contrato de locação operacional cujo valor inicial ascendia 340 000 € em Setembro de 2009 com um valor residual de 20% .

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

Na esmagadora maioria dos contratos celebrados os valores residuais acordados com os clientes são manifestamente inferiores aos valores de mercado futuros estimados para os activos que lhes estão subjacentes. Há ainda um conjunto de contratos com valores residuais mais elevados, cujo valor se aproximará bastante do valor de mercado dos respectivos activos. Em todas estas situações i) a Instituição beneficia de garantias expressas por parte de terceiras entidades em como adquirirão esses equipamentos pelo valor do respectivo valor residual; ii) os clientes manifestaram já, de forma inequívoca e irrevogável, o compromisso de, na data devida, exercerem a opção de aquisição dos activos pelo respectivo valor residual.

A reconciliação entre o investimento bruto na locação à data do balanço, e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação a receber é analisada como segue:

31 de Dezembro de 2009				
	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.837	44.699	99.201	145.737
Valor residual	6.123	5.998	6.475	18.596
Investimento bruto na locação	7.960	50.697	105.676	164.333

31 de Dezembro de 2008				
	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Valor presente dos pagamentos mínimos	841.808	45.070.156	62.311.268	108.223.232
Valor residual	598.211	10.737.768	5.290.607	16.626.586
Investimento bruto na locação	1.440.019	55.807.924	67.601.875	124.849.818

As provisões de imparidade para crédito são analisadas como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Provisões de imparidade		
Saldo inicial	30.000	21.902
Aumentos	2.254.893	30.000
Reposições / reversões	(2.731)	(21.902)
Saldo final	2.282.162	30.000

Em 31 de Dezembro de 2009 a Instituição apresenta um activo financeiro o qual foi objecto renegociado, tendo-lhe sido concedido um período de 3 meses de carência de capital.

Adicionalmente, a Instituição tem 1 144 983,63 € em provisões para riscos gerais de crédito (2008: 1 237 577,41 €), as quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver nota 12).

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

8. Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido no ano de 2009 na rubrica de Outros activos tangíveis apresenta-se como segue:

	Mobiliário e material	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		
Custo	22.931	22.931
Amortizações acumuladas	(2.359)	(2.359)
Valor líquido	<u>20.572</u>	<u>20.572</u>
Movimentos no exercício de 2007		
Saldo líquido de abertura	20.572	20.572
Adições	-	-
Abates	(272)	(272)
Amortizações do exercício	(3.123)	(3.123)
Saldo líquido de encerramento	<u>17.177</u>	<u>17.177</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		
Custo	22.659	22.659
Amortizações acumuladas	(5.483)	(5.483)
Valor líquido	<u>17.177</u>	<u>17.177</u>
Movimentos no exercício de 2008		
Saldo líquido de abertura	17.177	17.177
Adições	894	894
Abates	-	-
Amortizações do exercício	(3.189)	(3.189)
Saldo líquido de encerramento	<u>14.881</u>	<u>14.881</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		
Custo	23.553	23.553
Amortizações acumuladas	(8.672)	(8.672)
Valor líquido	<u>14.881</u>	<u>14.881</u>
Movimentos no exercício de 2009		
Saldo líquido de abertura	14.881	14.881
Adições	340.000	340.000
Abates	-	-
Amortizações do exercício	(25.902)	(25.902)
Saldo líquido de encerramento	<u>328.980</u>	<u>328.980</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2009		
Custo	363.553	363.553
Amortizações acumuladas	(34.573)	(34.573)
Valor líquido	<u>328.980</u>	<u>328.980</u>

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

9. Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica inclui os activos não correntes adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 que foram objecto de locação financeira mas cuja operação foi descontinuada em virtude de rescisão do contrato de locação financeira. O valor registado nesta conta é aquele que se espera receber pelo activo numa futura transacção.

10. Activos por impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporais usando uma taxa efectiva de 25%. Os saldos e principais variações ocorridas no ano de 2009 nestas rubricas decompõem-se como segue:

	<u>31-12-2008</u>	<u>Reforço</u>	<u>Ajustamento</u>	<u>31-12-2009</u>
Impostos diferidos:				
Por diferenças temporárias	319.184	591.939	(66.585)	844.538
	<u>319.184</u>	<u>591.939</u>	<u>(66.585)</u>	<u>844.538</u>

Os saldos e principais ocorridas no ano de 2008 nestas rubricas decompõem-se como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>Reforço</u>	<u>Ajustamento</u>	<u>31-12-2008</u>
Impostos diferidos:				
Por diferenças temporárias	199.484	119.493	207	319.184
Por prejuizos fiscais	192.353	-	(192.353)	-
	<u>391.837</u>	<u>119.493</u>	<u>(192.146)</u>	<u>319.184</u>

O movimento na rubrica de Impostos diferidos activos apresenta-se como segue:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Saldo inicial	<u>319.184</u>	<u>391.837</u>
Reforço	591.939	119.493
Ajustamento	(66.585)	(192.146)
Movimento do ano	<u>525.354</u>	<u>(72.653)</u>
Saldo final	<u>844.538</u>	<u>319.184</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Impostos diferidos por diferenças temporárias, de 844 184 € (2008: 391 837 €), reportava-se a provisões para riscos gerais de crédito não aceites como custo fiscal no ano de 2009 no valor de 1 181 328 € (2007: 1 237 577 €), mas que serão aceites em períodos futuros, a provisões para crédito vencido que excedem os limites estabelecidos pelo aviso nº 3/95 no valor de 70 995 € e outras provisões no valor de 2 162 173 € não aceites fiscalmente mas que serão aceites em períodos futuros.

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

11. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Devedores e outras aplicações		
Sector Público Administrativo	73.350	2.130.490
Outros devedores	<u>10.567.102</u>	<u>20.012.787</u>
	10.640.452	22.143.277
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	<u>9.612</u>	<u>29.214</u>
	9.612	29.214

A rubrica de Outros devedores contempla, essencialmente, facturas de fornecedores de contratos ainda não iniciados. Tal deve-se ao facto de a Fortis Lease Portugal se encontrar a apoiar alguns investimentos estruturantes por parte dos seus clientes, que se consubstanciam em investimentos plurianuais, que vão sendo facturados pelos respectivos fornecedores segundo um programa pré-estabelecido e que, pela respectiva natureza, não se encontram ainda em situação de serem considerados como crédito a clientes.

12. Provisões

Os movimentos registados na rubrica de Provisões em 2009 foram os seguintes:

	<u>31-12-2008</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Reposições/ Reversões</u>	<u>31-12-2009</u>
Provisões para riscos gerais de crédito	1.237.577	395.848		(488.442)	1.144.983
Outras Provisões	13.223	10.604			23.827
	<u>1.250.800</u>	<u>406.452</u>	-	<u>(488.442)</u>	<u>1.168.810</u>

Os movimentos registados na rubrica de Provisões em 2008 foram os seguintes:

	<u>31-12-2007</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Reposições/ Reversões</u>	<u>31-12-2008</u>
Provisões para riscos gerais de crédito	798.764	824.445	-	(385.631)	1.237.577
Outras Provisões	-	13.223	-		13.223
	<u>798.764</u>	<u>837.668</u>	-	<u>(385.631)</u>	<u>1.250.800</u>

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

13. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica te a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Recursos de Instituições de Crédito no País		
Depósitos	-	30.862
Juros a pagar	-	-
	<u>-</u>	<u>30.862</u>
Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Empréstimos a curto prazo	87.527.572	68.858.165
Empréstimos a longo prazo	46.315.653	32.966.292
Juros a pagar	-	719.280
	<u>133.843.225</u>	<u>102.543.737</u>
	<u>133.843.225</u>	<u>102.574.599</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 a taxa de juro máxima e mínima, para Recursos de outras instituições de crédito é de 4,86% (2008: 5,197%) e de 0,478% (2008: 2,515%), respectivamente.

14. Passivos por impostos correntes

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	309.593	24.754
	<u>309.593</u>	<u>24.754</u>

15. Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Passivos subordinados	20.000.000	20.000.000
Juros empréstimos	-	280.447
	<u>20.000.000</u>	<u>20.280.447</u>

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

Esta rubrica respeita aos seguintes empréstimos obtido junto da Fortis Lease Group, SA, sem prazo de reembolso:

Mutuário	Data de emissão	Moeda	Saldo em 31-12-2009	Taxa de juro		
				Indexante	Spread	Tx. Actual
Fortis Lease Group, SA	30-12-2005	EUR	200.000	Euribor 3m	0,25%	1,00%
Fortis Lease Group, SA	10-01-2006	EUR	500.000	Euribor 3m	0,25%	1,00%
Fortis Lease Group, SA	20-10-2006	EUR	3.500.000	Euribor 3m	0,25%	1,00%
Fortis Lease Group, SA	24-11-2006	EUR	5.140.000	Euribor 3m	0,25%	1,00%
Fortis Lease Group, SA	28-03-2007	EUR	10.660.000	Euribor 3m	0,25%	1,00%
			<u>20.000.000</u>			

Passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2008:

Mutuário	Data de emissão	Moeda	Saldo em 31-12-2008	Taxa de juro		
				Indexante	Spread	Tx. Actual
Fortis Lease Group, SA	30-12-2005	EUR	200.000	Euribor 3m	0,25%	5,487%
Fortis Lease Group, SA	10-01-2006	EUR	500.000	Euribor 3m	0,25%	5,487%
Fortis Lease Group, SA	20-10-2006	EUR	3.500.000	Euribor 3m	0,25%	5,487%
Fortis Lease Group, SA	24-11-2006	EUR	5.140.000	Euribor 3m	0,25%	5,487%
Fortis Lease Group, SA	28-03-2007	EUR	10.660.000	Euribor 3m	0,25%	5,487%
			<u>20.000.000</u>			

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

16. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Credores e outros recursos		
Sector Público Administrativo	1.288.877	362.942
Fornecimento de bens	370.079	2.486.278
Outros credores	119.753	-
	<u>1.778.709</u>	<u>2.849.220</u>
Encargos a pagar		
Juros de passivos subordinados	51.111	-
Gastos com pessoal	143.663	126.803
Gastos gerais administrativos	62.050	203.251
	<u>256.824</u>	<u>330.054</u>
Receitas com rendimento diferido		
Outros	462.846	19.644
	<u>462.846</u>	<u>19.644</u>
	<u>2.498.379</u>	<u>3.198.918</u>

17. Capital

O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado em 31 de Dezembro de 2009 por dois milhões e cem acções ordinárias com um valor nominal de dez euros cada. As acções, sob a forma escritural e nominativas, encontram-se registadas junto da própria Instituição.

18. Rubricas extrapatrimoniais

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Garantias recebidas		
Garantias e avales	110.194.105	124.865.868
Garantias bancárias	49.783.493	41.595.815
	<u>159.977.598</u>	<u>166.461.683</u>
Compromissos assumidos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	5.997.246	38.622.578
	<u>5.997.246</u>	<u>38.622.578</u>
Compromissos assumidos por terceiros		
Linha de crédito BGL	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

Fruto do acordo estabelecido entre o BGL e a Fortis Lease Group, em 31 de Dezembro de 2009, não existe, formalmente, um compromisso assumido entre o BGL e Instituição, mas sim entre aquela instituição financeira e a Fortis Lease Group e que abrange a totalidade das entidades controladas pela Fortis Lease Group, como é o caso da Fortis Lease Portugal.

19. Margem financeira

A margem financeira apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades	15.645	157.308
Juros de crédito	5.350.549	6.151.219
Outros	5.972	-
	<u>5.372.167</u>	<u>6.308.527</u>
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de outras instituições de crédito	(6.424)	(3.389.705)
Juros de empréstimos	(2.279.216)	-
Juros de passivos subordinados	(370.186)	(1.047.686)
Outros juros e encargos similares	(0)	(33)
	<u>(2.655.826)</u>	<u>(4.437.424)</u>
	<u><u>2.716.341</u></u>	<u><u>1.871.103</u></u>

20. Comissões líquidas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Rendimentos de Serviços e Comissões		
Por serviços prestados	75.852	94.682
	<u>75.852</u>	<u>94.682</u>

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

21. Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Rendimentos e receitas operacionais		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	76.223	40.028
	<u>76.223</u>	<u>40.028</u>
Encargos e gastos operacionais		
Outros encargos e gastos operacionais	(360.059)	(75.675)
	<u>(360.059)</u>	<u>(75.675)</u>
	<u>(283.836)</u>	<u>(35.647)</u>

22. Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Remuneração órgãos de gestão e fiscalização	-	142.339
Remuneração empregados	446.546	274.740
Encargos sociais	82.762	68.496
Outros custos com pessoal	67.744	43.275
	<u>597.052</u>	<u>528.851</u>

Os empregados e administradores da Instituição encontram-se abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. A Instituição não atribuiu planos de benefícios pós-emprego ou a longo prazo aos seus empregados e aos administradores.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o número médio de empregados e administradores executivos ao serviço da Instituição apresenta-se como segue:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Administradores executivos	1	1
Pessoal técnico	10	10
	<u>11</u>	<u>11</u>

Planos de remunerações com acções

A Fortis Lease Portugal tinha até 2008 um plano de opções de compra com acções. As opções sobre acções podem ser exercidas, respectivamente, entre 2 de Abril de 2012 e 12 de Abril de 2017 e entre 2 de Abril de 2013 e 5 de Março de 2018, no caso de o colaborador continuar nos quadros do Grupo Fortis. Esse plano desapareceu com o desmantelar do Grupo.

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

23. Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Fornecimento de terceiros		
Publicações	26.371	19.512
Água, energia e combustíveis	10.453	14.882
Material de consumo corrente	345	2.337
Outros fornecimentos terceiros	6.451	5.034
Material de higiene e limpeza	-	-
Serviços prestados por terceiros		
Avenças e honorários	350.836	246.505
Judiciais, Contencioso e notariado	18	370
Rendas e alugueres	46.296	53.795
Mão de Obra eventual	18.262	17.235
Outros serviços de terceiros	158.799	141.655
Deslocações, estadas e representação	14.981	20.897
Comunicações	4.227	18.298
Formação de pessoal	2.005	3.032
Seguros	15.513	7.435
Conservação e Reparação	2.321	1.881
Publicidade e edição de publicações	-	3.849
Transportes	82	111
	<u>656.961</u>	<u>556.828</u>

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

24. Impostos correntes

Uma vez que a Instituição apresenta prejuízos fiscais de exercícios anteriores o imposto corrente a pagar resulta do seguinte cálculo:

<i>Apuramento do imposto sobre o rendimento</i>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Resultado antes de impostos	(941.729)	381.135
Provisões não dedutíveis	2.101.415	464.749
Despesas não aceites como custo fiscal	-	15.176
Benefício fiscal	-	(14.428)
Prejuízos fiscais dedutíveis	-	(776.662)
	<u>1.159.686</u>	<u>69.970</u>
Matéria colectável		
Imposto sobre o rendimento	294.736	17.492
Derrama	17.395	12.699
Tributação autónoma		<u>6.944</u>
	<u>312.131</u>	<u>37.135</u>
IRC do período		
Taxa efectiva do imposto	<u>26,92%</u>	<u>26,64%</u>

25. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos de apresentação da demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa compreendem os seguintes saldos:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Caixa (nota 5)	6	13
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no país (nota 6)	278	22.075
	<u>283</u>	<u>22.088</u>

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

26. Saldos e transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2009 os activos, passivos, resultados e extrapatrimoniais da Instituição relativos a entidades relacionadas são os seguintes:

	BGL	Fortis Bank Portugal	Fortis Lease Group, SA	Total	
Activos					#
Depósitos à ordem	1.089.142	-	-	1.089.142	
	<u>1.089.142</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.089.142</u>	
Passivos					
Empréstimos (vide nota 13)	133.765.171	-	-	133.765.171	
Passivos subordinados (ver nota 15)	-	-	20.000.000	20.000.000	
Descoberto bancário (vide nota 13)	78.054	-	-	78.054	
	<u>133.843.225</u>	<u>-</u>	<u>20.000.000</u>	<u>153.843.225</u>	
Proveitos					
Juros e rendimentos similares	15.644	-	-	15.644	
	<u>15.644</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.644</u>	
Custos					
Juros e encargos similares	1.915.926	145.351	471.304	2.532.581	
Gastos gerais administrativos	-	150.141	153.786	303.927	
Outros encargos e gastos operacionais	232	12.034	-	12.266	
	<u>1.916.158</u>	<u>307.526</u>	<u>625.090</u>	<u>2.848.774</u>	#
Extrapatrimoniais					
Garantias recebidas	2.393.979	46.788.278	-	49.182.257	
Compromissos assumidos por terceiros	-	-	-	-	
	<u>2.393.979</u>	<u>46.788.278</u>	<u>-</u>	<u>49.182.257</u>	

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

Em 31 de Dezembro de 2008 os activos, passivos, resultados e extrapatrimoniais da Instituição relativos a entidades relacionadas são os seguintes:

	BGL	Fortis Bank Portugal	Fortis Lease Group, SA	Total
Activos				
Depósitos à ordem	-	297.853	-	297.853
	-	297.853	-	297.853
Passivos				
Empréstimos (vide nota 13)	44.199.202	-	-	44.199.202
Passivos subordinados (ver nota 15)	-	-	20.000.000	20.000.000
Descoberto bancário (vide nota 13)	436.857	-	-	436.857
Juros a pagar (vide nota 13 e 15)	88.475	-	487.904	576.379
	44.724.534	-	20.487.904	65.212.438
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	97.710	21.291	-	119.001
	97.710	21.291	-	119.001
Custos				
Juros e encargos similares	1.140.268	-	791.558	1.931.826
Gastos gerais administrativos	-	51.669	124.043	175.712
Outros encargos e gastos operacionais	14.903	893	-	15.796
	1.155.171	52.562	915.601	2.123.334
Extrapatrimoniais				
Garantias recebidas	-	5.000.000	-	5.000.000
Compromissos assumidos por terceiros	22.363.941	-	-	22.363.941
	22.363.941	5.000.000	-	27.363.941

27. Gestão de capital

Tendo em conta que por gestão de capital se compreende um conceito de maior amplitude que o da rubrica de “capital próprio” que figura no balanço, a Instituição estabelece os seguintes objectivos quanto a esta matéria:

- Cumprir para com os requisitos de capital definidos pelo regulador do sector onde a Instituição opera;
- Assegurar que a capacidade de continuidade da Instituição é continuamente tida em consideração de modo a que continue a ser dado retorno de investimento e benefícios aos accionistas; e
- Manter uma sólida base de capital que apoie o desenvolvimento da sua actividade.

A adequação de capital e a utilização de capital regulamentar são monitorizados diariamente pela gestão da Entidade através de aplicação de técnicas, suportadas por orientações do Comité de Basileia e por directivas comunitárias, e implementadas pelo

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

Banco de Portugal enquanto entidade supervisora. A informação exigida é enviada ao Banco de Portugal numa base trimestral.

O Banco de Portugal exige que cada instituição: (a) detenha um nível mínimo de capital regulamentar no valor de 10 milhões de euros, e (b) mantenha um rácio de adequação de capital (proporção do total de capital regulamentar face ao total dos activos ponderados pelo risco) igual ou superior ao limite de 8% aprovado internacionalmente.

O capital regulamentar do Banco é dividido em dois limites:

- Fundos próprios de base (“Tier 1”): capital social, resultados transitados e reservas criadas por incorporação de resultados transitados; e
- Fundos próprios complementares (“Tier 2”): empréstimos subordinados elegíveis.

Os activos ponderados pelo risco são mensurados em função da natureza – e reflectindo uma estimativa dos riscos de crédito, mercado e outros riscos associados – de cada activo e contraparte, tendo em consideração as garantias e colaterais elegíveis. Esta abordagem é adoptada de modo similar para efeitos de exposição em elementos extrapatrimoniais, com alguns ajustamentos de modo a reflectir a natureza contingente das perdas potenciais.

O quadro abaixo apresenta a composição do capital regulamentar e dos rácios da Instituição para os exercícios findos em 2009 e 2008. Durante estes dois anos, a Instituição cumpriu com todos os requisitos de capital estabelecidos externamente e aos quais se encontra sujeita.

<i>milhares de Euros</i>	31-12-2009		31-12-2008	
	Basileia I	Basileia II	Basileia I	Basileia II
Total do Capital Próprio	19.357	19.357	20.086	20.086
Instrumentos de dívida subordinada	20.000	20.000	20.000	20.000
Dedução do dividendo distribuído			-	-
Outros acréscimo / (deduções)			-	-
Total dos fundos próprios	39.357	39.357	40.086	40.171
Activos ponderados pelo risco	160.798	168.229	128.214	157.535
Rácio de solvabilidade	24,48%	23,39%	31,26%	25,50%

O aumento dos activos ponderados pelo risco reflecte a nova actividade concretizada em 2009 superior ao decréscimo da actividade terminada.

Nota às demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2009

Lisboa, 26 de Março de 2010

Técnico de Contas

Conselho de Administração

(Maria Emília Pedrosa Meneses)

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adopção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

O Banco de Portugal, através das Cartas Circular nº 46/08/DSDBR e nº 97/08/DSBDR, de 15 de Julho e 3 de Dezembro, respectivamente, adoptou as recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) sobre a publicação de um conjunto de informações tendo em vista um melhor conhecimento da situação financeira das instituições financeiras em geral, e dos bancos em particular.

A informação deste Anexo tem como objectivo cumprir com os requisitos exigidos de divulgação.

I. Modelo de negócio

1. Descrição do modelo de negócio

A descrição da estratégia e do modelo de negócio da Fortis Lease Portugal, Instituição Financeira de Crédito, SA (“Sociedade”) é apresentada no respectivo Relatório do Conselho de Administração, o qual é parte integrante do Relatório e Contas 2009.

2., 3., 4., e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No corpo do Relatório do Conselho de Administração apresenta-se informação acerca da estratégia e objectivos das áreas de negócio da Sociedade e sua evolução.

II. Riscos e gestão dos riscos

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

O Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (veja-se Nota 3. Gestão de Riscos) apresentam uma descrição de como a Função de Gestão dos Riscos se encontra organizada no seio da Sociedade, assim como informação que permite ao mercado obter a percepção sobre os riscos incorridos pela Sociedade e mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo.

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados

Os principais impactos provocados pelo actual período de turbulência financeira são descritos no Relatório de Gestão.

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Foi adoptada uma descrição qualitativa atendendo a que se nos afigura desproporcionado e não quantificável a mensuração dos efeitos relacionados apenas com a turbulência financeira atendendo a que foi acompanhada por fortes perturbações no mercado das matérias-primas e do preço do petróleo com reflexos em vários domínios da economia nacional e internacional.

9. e 10. Desagregação dos “write-downs”

O Grupo não está exposto a produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, nomeadamente *commercial mortgage-backed securities*, *residential mortgage-backed securities*, *collateralised debt obligations* e *asset backed securities*.

11. e 12. Descrição e natureza dos riscos incorridos

Não aplicável.

13. Influência da turbulência financeira na cotação das acções do Grupo

Não aplicável.

14. Risco de perda máxima

A Fortis Lease Portugal desenvolve uma única área de negócio – locação financeira, no segmento de Banca Comercial. Neste âmbito, a exposição, máxima em termos de risco de crédito resume-se essencialmente à carteira de crédito a clientes, sendo residual para outro tipo de activos e elementos extrapatrimoniais, sendo o risco de crédito considerado pela Instituição como elevado dado que a sua actividade depende unicamente da sua carteira de clientes e, consequentemente, do grau de cumprimento destes.

Face à conjuntura actual de crescimento acentuado do crédito com incumprimento, a Instituição tem em consideração uma análise hipotética de aumento do total da carteira de crédito vencido da Fortis Lease Portugal, mantendo o total da carteira de crédito a clientes inalterável. O objectivo da realização desta análise de sensibilidade é avaliar o impacto de uma potencial deterioração da qualidade da carteira de crédito concedido a clientes, traduzido no aumento do crédito vencido da carteira à data referência.

Uma vez que até ao momento não existe histórico relevante de incumprimento na carteira de crédito da Fortis Lease Portugal, assumiu-se, no pior cenário, um aumento do crédito vencido em 15% e por conseguinte um aumento global das provisões decorrente da aplicação das taxas médias de provisionamento da carteira à data de referência, tendo em consideração as taxas de provisão previstas no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal para cada classe de risco.

O impacto nos resultados líquidos, decorrente do teste de esforço descrito, acende a 20% o que é considerado material, visto que apresenta uma diminuição deste em cerca de 146 milhares de euros. No entanto e tendo em conta o produto bancário ter sido cerca de 2.500 milhares de euros, não foi considerada medida correctiva.

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O impacto nos requisitos mínimos de fundos próprios, decorrente do teste de esforço descrito não é considerado material, visto que representa um acréscimo de 15 milhares de euros. Desta forma, conclui-se que esta deterioração não comprometeria os mínimos de solvabilidade da Instituição e conseqüentemente a sua continuidade.

15. Responsabilidades do Grupo emitidas e resultados

Na nota 3 das demonstrações financeiras faz-se a divulgação sobre o impacto nos resultados decorrentes da reavaliação da dívida emitida.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal e justo valor das exposições

Na nota 4 das demonstrações financeiras apresentam-se os activos e passivos financeiros evidenciando o valor de balanço e o respectivo justo valor.

17. Mitigantes do risco de crédito

Adicionalmente a outras referências à gestão do risco de crédito, na nota 18 das demonstrações financeiras são divulgados os derivados para gestão de risco e os activos e passivos a eles associados.

18. Informação sobre as exposições do Grupo

Não aplicável.

19. Movimentos nas exposições entre períodos

Não aplicável.

20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Não aplicável.

21. Exposição a seguradoras e qualidade dos activos segurados

Não aplicável.

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

22. Produtos estruturados

Estas situações estão desenvolvidas nas políticas contabilísticas constantes das notas anexas às demonstrações financeiras.

23. Special Purpose Entities (SPE) e consolidação

Não aplicável.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Veja-se o ponto 16 do presente Anexo.

Nas políticas contabilísticas referem-se a condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

A política de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira da Sociedade visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles ditados pelas normas contabilísticas ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

Adicionalmente, procura alinhar as suas divulgações pelas melhores práticas do mercado atendendo, por um lado, à relação de custo/benefício na captação da informação relevante e, por outro, dos benefícios que a mesma poderia proporcionar aos diversos utilizadores.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **FORTIS LEASE PORTUGAL, Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 177 246 643 Euros e um total de capital próprio de 19 357 173 Euros, incluindo um resultado líquido negativo em 728 507 Euros) as Demonstrações dos resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **FORTIS LEASE PORTUGAL, Instituição Financeira de Crédito, S.A.** em 31 de Dezembro de 2009, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Porto, 30 de Março de 2010

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

representada por **Leonel Manuel Dias Vicente (ROC n.º 963)**

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhamos com regularidade, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a actividade da **FORTIS LEASE PORTUGAL, Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer :

- 1º. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos Resultados, e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.
- 2º. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Porto, 30 de Março de 2010

O FISCAL ÚNICO

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

representada por **Leonel Manuel Dias Vicente (ROC nº 963)**